

CFEMEA promove seminário sobre aborto legal



Seminário sobre aborto legal na Câmara dos Deputados

as discussões sobre o Projeto de Lei 20/91, mostrando as experiências vividas em diferentes municípios onde a rede pública de saúde presta atendimento aos casos e aborto legal. Participaram do seminário feministas, parlamentares e médicos. A partir desse número o jornal FÊMEA prossegue o debate publicando experiências dos Estados que implantaram o serviço de atendimento de aborto legal nos hospitais da rede pública. Nessa edição o Dr. Lucas Cardoso V. Neto, diretor do Hospital Materno-Infantil de Brasília fala sobre o serviço de atendimento ao aborto legal na Capital da República. (Pág. 7)

"A Comprida história da lei não cumprida" foi o título do debate que o CFEMEA juntamente com o Conselho Nacional dos Direitos da

Mulher e a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos promoveram na Câmara dos Deputados. O objetivo foi subsidiar

Dia Internacional da Mulher nos Estados

No dia 8 de março - Dia Internacional da Mulher - aconteceram vários eventos em todo o país. Em Brasília houve sessão solene no Congresso Nacional e no Palácio do Planalto, o presidente recebeu do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o documento "Estra-tégias de Igualdade" que apresenta um conjunto de políticas para a mulher na áreas de educação, saúde, combate à pobreza, violência doméstica e sexual, acesso ao poder e diálogo com a mídia. No Espírito Santo foi inaugurado o presídio feminino e Brasília ganhou a Casa Abrigo.



Sintonia com o novo tempo

8 Mulher e Discriminação

10 Convenção Fluminense

11 Legislação Eleitoral



Ministro dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento (Pelé)

No artigo "Pelé: sintonia com o novo tempo" a Presidente da Câmara Legislativa do DF, Deputada Lúcia Carvalho (PT) explica porque os deputados distritais recusaram a proposta de concessão do título de Cidadão Honorário de Brasília ao Ministro Extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, o Pelé. A proposta foi indeferida, por decisão majoritária, em sessão ordinária do dia 03/03/97. Pesou na decisão da Câmara o fato de que Pelé se recusa a reconhecer a paternidade da filha, Sandra Regina Nascimento. "Na verdade, esta decisão, por mais incômoda que pareça, é uma decisão de uma Casa de Leis que está em sintonia com um novo tempo onde os valores serão outros, e as lutas contra todas as formas de discriminação social serão levadas em conta", argumenta a deputada. (Pág. 9)

Editorial

Sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade.
(Raul Seixas)

Cara(o) leitora(or), queremos brindar com você!

Com esta edição, completamos 5 anos do Programa Direitos da Mulher na Lei e na Vida e chegamos ao número 50 do FÊMEA. Um sonho compartilhado por 5 mulheres, que de estória virou história mesmo, vivida e vivenciada por centenas de mulheres de maneira intensa, às vezes apenas tensa, e na maioria dos casos, com muita vibração. Como dá para perceber, o que este mulherio fez junto não se pode descrever passo a passo, porque se realizou em múltiplos de cinco: em 5 anos, foi possível que o Congresso concluísse a análise de 25 proposições que asseguram direitos importantes às mulheres brasileiras, todas elas remetidas à sanção presidencial, a exceção da PEC 25/95, contra o aborto, que em boa hora a própria Câmara decidiu rejeitar.

Ao fecharmos este número 50 do FÊMEA tivemos uma idéia mais do que boa e resolvemos abrir um champanhe, guardado há meses na nossa geladeira à espera do momento de festejar a derrubada dos vetos ao projeto de lei que regulamenta o planejamento familiar.

Não que tenhamos desistido dos vetos, mas este champanhe tem sabor, tem cara de 50, e esperar o veto para abri-lo tinha gosto de 50 e 1. Aproximem as taças e brindemos, então, com todo prazer de quem festeja o que conseguiu concretizar coletivamente.

Tin-Tin! À nossa saúde!

8º Encontro Internacional Mulher e Saúde

Durante cinco dias, mais de 400 mulheres de 72 países discutiram temas como AIDS, aborto, violência contra a mulher e mortalidade materna no 8º Encontro Internacional Mulher e Saúde, que aconteceu no Rio de Janeiro.

O Encontro terminou com a apresentação do documento: "Declaração da Glória" que será entregue para os governos e ONGs dos países participantes. O documento aponta a necessidade de reafirmação da saúde como direito, a inclusão da saúde, dos direitos reprodutivos e sexuais como dimensões fundamentais do desenvolvimento e o resgate da centralidade do corpo e da sexualidade nas teoria e prática feministas.



Aborto legal: dilema para obstetras e ginecologistas

Médicos de 17 países participaram de 02 a 05 de março em Campinas do Workshop, "Um dilema profissional para obstetras e ginecologistas". O objetivo do Encontro foi discutir o aborto legal para buscar uma padronização de atendimento levando em consideração o papel do ginecologista e obstetras nesses casos. O Encontro reuniu médicos, parlamentares, representantes da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos do Ministério da Saúde e entidades ligadas à saúde da mulher.

No relatório oficial foram feitas recomendações para que a sociedade médica da América Latina implemente a discussão sobre o aborto e reforce o papel dos profissionais de saúde no diálogo para a regulamentação de leis menos restritivas e punitivas sobre o aborto. Os países da América Latina são os que têm leis mais restritivas ao aborto no mundo. No Chile, por exemplo, a legislação proíbe qualquer tipo de aborto, mesmo no caso de estupro, mas em Cuba a lei permite a realização de qualquer tipo de aborto, inclusive por gravidez indesejada, desde que tenha autorização da mulher e seja realizado em hospital público.

Este foi o segundo seminário realizado pela Unicamp. O primeiro, em novembro passado, reuniu médicos(as), juízes, promotores, delegados e entidades ligadas à saúde da mulher. O documento elaborado já está sendo usado pelas autoridades brasileiras na padronização dos procedimentos a serem usados nos hospitais universitários que já oferecem os serviços de atendimento do aborto legal.

CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ACESSORIA
SCN Ed. Venâncio 3000, Bl. "A" sala 602 - 70718-900
Brasília, DF - Telefone: (061) 225-1664 Fax: (061) 225-2336
E-mail: cfemea@ax.ibase.org.br ou cfemea@tba.com.br
Programa DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA
Equipe responsável: Gilda Cabral, Guacira César de Oliveira,
Iáris Ramalho Cortês, Malô Ligocki e Marlene Libardoni.
Conselho Consultivo: Parlamentares: Deputada Jandira
Feghali, Marilu Guimarães, Rita Camata, Sandra Starling,
Socorro Gomes e Zulaiê Cobra. Deputados José Genoíno e
Nelson Jobim. Senadoras: Benedita da Silva e Marluce Pinto.
Feministas: Dóris Louise de Castro Neves, Florisa Verucci,
Gilse Concenza, Heleieth Saffiotti, Lídice da Mata, Luci
Choinacki, Marah Régia, Maria Berenice Godinho Delgado,
Maria Bethânia de Melo Ávila, Maria Luiza Fontenele, Maria

Tereza Augusti, Rosiska Darcy de Oliveira, Sílvia Pimentel
e Sueli Carneiro.
Comitê de Especialistas: Ana Maria Costa, Dóris Louise de
Castro Neves, Eleonora Menecucci de Oliveira, Elizabeth
Garcez, Florisa Verucci, Isabel Grein, Leilah Borges da Costa,
Márcia Camargo, Maria do Carmo Menezes, Maria do
Socorro Jô Moraes, Paola Capelin Giuliane, Sarah
Sorrentino, Sílvia Pimentel, Sônia Corrêa e Sueli Carneiro.
Conselho Editorial: Guacira Oliveira, Gilda Cabral e Marlene
Libardoni
Jornalista Responsável: Edna Maria Cristina Santos
Composição e Arte Final: Adriano Fernandez Cavalcante
Impressão: Athalaia Gráfica e Papelaria Ltda - Brasília-DF
Apoio: Fundação Ford, Fundação MacArthur, NOVIB,
UNIFEM e FNUAP.

Conselho Nacional da Mulher entrega documento ao Presidente



Presidente do CNDM, Rosiska Darcy de Oliveira entrega Plano no Palácio do Planalto

A presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Rosiska Darcy de Oliveira, entregou no dia 7 de março, ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o documento "Estratégias da Igualdade", numa solenidade, no Palácio do Planalto, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

O documento de 30 páginas apresenta um conjunto de políticas para a mulher nas áreas de educação, saúde, combate à pobreza, violência doméstica e sexual, acesso ao poder e diálogo com a mídia. Constam também

reivindicações como, discriminação do aborto, caracterização de assédio sexual como crime (Código Penal) e uma política de planejamento familiar. O documento também defende a melhoria das condições de vida das mulheres pobres que necessitam de creches, garantia de atendimento médico adequado (implantação imediata do PAISM - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher do Ministério da Saúde) e classifica a violência doméstica e sexual como gravíssima humilhação e negação dos direitos básicos da cidadania. As *estratégias de igualdade*, resume Rosiska, arrolam políticas governamentais e iniciativas de outros atores, ou seja, "tudo aquilo que pode e deve acontecer na sociedade para que as mulheres desfrutem de uma situação mais igualitária com os homens".

O documento elaborado com base na Plataforma de Ação aprovada na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, em 1995, foi entregue ao Presidente FHC durante solenidade no Palácio do Planalto. O Presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu uma mudança de comportamento e da legislação para colocar a mulher em posição de maior igualdade. Afirmou que hoje existe maior consciência em relação às reivindicações da mulher, mas o avanço ainda não foi suficiente. "Há certos setores da vida brasileira que ainda são muito fechados à participação da mulher".

Congresso realiza sessão solene no Dia da Mulher

Representantes de Movimentos Feministas, ONGs, membros do corpo diplomático e parlamentares, participaram no dia 5 de março, da sessão comemorativa ao Dia Internacional da Mulher que aconteceu no plenário do Senado. Ao presidir a sessão, o senador Antônio Carlos Magalhães, presidente do Senado, afirmou que o Congresso assumiu o compromisso de prestigiar as mulheres em todos os setores de atividade, e de se empenhar também para que os demais Poderes da República, em especial o Executivo, adotem iniciativas no mesmo sentido. Ressaltou que a presença das mulheres no Parlamento é um dos sinais mais significativos de que já existe no Brasil uma consciência coletiva da importância da mulher.

Em discurso na sessão de homenagem à mulher, a senadora Emília Fernandes (PTB-RS) denunciou que, no Brasil, uma mulher é agredida a cada quatro minutos. "É preciso dar

um basta à violência, física ou psicológica, que se abate sobre as mulheres, e que se materializa em assédio sexual, maus tratos, estupro, assassinatos e outras formas de desrespeito à pessoa no lar, no local de trabalho ou nas ruas". Emília também defendeu a necessidade da sociedade denunciar e punir brasileiros ou estrangeiros e também empresas, que agridem sexualmente crianças e adolescentes.

Para Júnia Marise (PDT-MG), segunda vice-presidente do Senado, que dirigiu parte da sessão solene, a mulher obteve conquistas expressivas no ano passado, principalmente em relação à participação maior das mulheres como candidatas a cargos eletivos. Segundo a senadora "embora o número de mulheres eleitas ainda não tenha crescido muito, a presença delas



Sessão solene no Congresso Nacional

na campanha eleitoral nunca foi tão grande como em 1996. As mulheres conquistaram prefeituras importantes e o aumento de vereadoras chegou a 50%".

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou que a Plataforma de Ação, aprovada na Conferência de Beijing, oferece subsídios para a adoção de políticas públicas no Brasil, e lembrou que muito ainda precisa ser feito para se alcançar o fim da discriminação sexual no País.

O parto da transição

Arthur da Távola

Observo-a em sua honestidade interior: desfaz o casamento acomodado, cheio de vantagens materiais e parte para a batalha de um emprego, ela que nunca trabalhara. Vejo-a depois, na dignidade de sua solidão, ainda jovem e bonita, a criar os filhos à custa do trabalho e, no seu olhar, descubro o brilho da “coragem de ser”, que habita os olhos de tantas mulheres deste novo tempo.

Admiro-a, tendo que conciliar, dentro e fora, mudanças violentas e rápidas demais: séculos numa década, décadas em um ano, anos em poucos meses. Foi formada com certezas mas tem que navegar nas dúvidas, com a lanterna do desespero nas mãos para iluminar o que é permanente, aprendendo a distingui-lo do que é velho. Para iluminar o que é novo, aprendendo a separá-lo do que é, apenas, impermanente. Ser de sofrimento, ela faz-se corajosa e decidida diante dos conflitos decorrentes da dificuldade de distinguir os vários planos que se interpenetram, tornando difícil as opções.

Não mais as contenções e renúncias em nome da solidez de um casamento insuportável na vigência do desamor; nem mais as formas exaltadas pelas quais jogou foras as contenções e renúncias anteriores; nem mais a concentração do seu prazer numa fonte monogâmica de interesse discutível; nem mais a dispersão do prazer através das fontes

poligâmicas. Nem “moralismo”, nem promiscuidade. Nem “careta” nem “avançada”.

Não mais a mulher do lar, política, nem, apenas, a mulher política.

Mulher em transição, ela paga o preço da liberdade sem sequer merecer a resposta positiva daquele para quem evolui, seja ele seu homem, companheiro, marido, ou amante. Ela precisa ser, ao mesmo tempo, mulher, mãe, esposa, fêmea, amante e profissional, num mundo opressivo que injustamente ainda a quer mono: só esposa, só mãe (no máximo esposa-mãe), ou então, só amante, só fêmea, objeto sexual, só profissional.

Admiro-a, entre simbólicos tiros fatais e abandonos dolorosos, a obter através da luta, o direito de ser “poli”, num mundo de monos (em todos os sentidos). Ela precisa conviver e harmonizar os valores com os quais foi educada, os dos seus pais e os valores próprios que descobriu e vai construindo apesar da dor das transições; além disso chocam-se com os valores dos filhos que são diversos e hostis, por vezes, incapazes até de reconhecer a dor de seu sacrifício para assimilar a transição: ser ponte entre os que foram seus pais e os que são e serão seus filhos.

Ela, que evolui e se rebela, ganha a agressão do homem amedrontado (sem saber que será também para ele resultado da sua melhoria). Se ela se conformar em ser quem foi, perderá o



Arthur da Távola
Senador do PSDB-RJ, jornalista e escritor

presente. Se se cristalizar em ser quem os outros querem que seja, perderá a si mesma. Se se paralisar no tempo perderá a compreensão dos filhos. Se for um pouco disso tudo, tornar-se-á frágil, dividida, varejada, sem identidade, insegura.

Admiro-a, mulher em transição, tendo que viver com grandeza e legitimidade a confusão de todos esses planos existenciais, só muito recentemente descobertos como seus e como paralelos (e não misturados). Ainda não houve tempo para descobrir o que eles são em sua riqueza de propostas, dispersivos na aparência, mas, no fundo, relacionados com a vida verdadeira, sem mistura, ou hipocrisia.

Amo sua luta, cobaia de um novo tempo, admirável mãe do novo, vivendo estranhas, ainda e uma vez, a dor deste também parto.

Você faz o futuro, mulher em transição. Por isso lhe dedico esta crônica, um dia depois do Dia Internacional da Mulher.

Presídio feminino é inaugurado no Espírito Santo

Presídio feminino, uma antiga reivindicação do Movimento Feminista do Espírito Santo foi atendida agora pelo Governo do Estado. Com o apoio da CUT, OAB, Grupo "Pela Vida", Sindicatos e entidades populares de mulheres, foi inaugurado durante a Semana da Mulher (8 de março) o primeiro presídio, para mulheres, do Estado.

O presídio possui lavanderia, área para passeio e banheiros. No presídio as mães vão poder ficar com os filhos durante o período de amamentação. Também foram feitos convênios com as fábricas têxteis para que as internas trabalhem com o acabamento de peças, ganhando um salário mínimo mensal. Elas também participam de cursos de manicure, cabeleireiro, doces e salgados, tendo as próprias presidiárias como professoras. As detentas reivindicam agora uma creche para os filhos, maior liberdade para telefonar para a família e uma unidade móvel odontológica. Segundo Ivone Vilanova, do Fórum de Mulheres do ES, o presídio é hoje uma referência nacional que conta inclusive com o apoio de Movimento de Mulheres de outros países.

Brasília ganha Casa Abrigo

Brasília já tem uma Casa Abrigo. Ela foi anunciada durante as solenidades de comemoração do Dia Internacional da Mulher, no Palácio do Buriti (Palácio do Governo), com a presença do governador Cristóvam Buarque. A Casa, a partir de agora, vai dar assistência às mulheres agredidas pelos maridos e companheiros e que estão sob ameaça de vida. A triagem será feita na Delegacia da Mulher. O endereço da Casa vai ser mantido em sigilo para resguardar a segurança das mulheres atendidas.



O Distrito Federal ocupa o terceiro lugar em relação às ocorrências de crimes contra a mulher, só perdendo para São Paulo e Pernambuco. No ano passado 55 mulheres foram assassinadas, a maioria por motivo passionai. Foram 5.404 ocorrências de lesões corporais e 285 estupros, registrados pela Polícia Civil.

Trabalhadora rural do Sul reivindica mais saúde

A AIMTR-SUL - Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais/Sul - que reúne mais de 130 mil mulheres dos Estados do sul do país - elegeu o biênio 1997/98 para reivindicar uma previdência social mais digna e mais saúde para a mulher do campo.

Para a secretária da AIMTR-SUL, Jussara Colet, milhares de trabalhadoras rurais estão sendo prejudicadas, por exemplo, pela burocracia do INSS que "julga injustamente muitos casos de aposentadoria e outros benefícios previdenciários". Em relação à saúde, Jussara destacou que o uso indiscriminado de agrotóxicos tem aumentado em 20% o número de crianças que nascem com problemas de má formação. "Nesses casos, a falta de informação faz a culpa recair sobre as mulheres". Acrescentou que a falta de informação também tem outro agravante que é a série de doenças psicológicas causadas por falta de conhecimento e valorização do próprio corpo, preconceitos em relação à sexualidade, que resultam em estresse e depressão.

8 de março

- **Mossoró e região Oeste** - As mulheres denunciaram a violência doméstica que vem crescendo no Rio Grande do Norte.
- **Assoc. de Mulheres de Nazaré da Mata (PE)** - Realizou um Reencontro para discutir suas questões e experiências.
- **Prefeitura de Londrina** - Realizou uma semana de debates sobre a Mulher
- **Governo do Amapá** - Promoveu Encontro com as mulheres presidiárias
- **Sind. Trab. em Instituições de Educação Tecnológica de Goiás** - Organizou uma mesa redonda sobre "Igualdade de Direitos e respeito às Diferenças".
- **Sind. dos Metalúrgicos e Rotary Clube de Volta Redonda** - Encontro com o objetivo de fortalecer as mulheres da região.
- **Assoc. de Mulheres Trab. Rurais Bico do Papagaio (TO)** - Realizou missa e apresentou documentos de reivindicação referentes à questão da mulher trabalhadora rural no Estado.
- **Assoc. Brasiliense de Deficientes Visuais** - Realizou atividades sócio-culturais em homenagem ao dia da Mulher.
- **Federação das Assoc. do Município do RJ e Conselho Estadual dos Direitos da Mulher** - Assinaram documentos de Cooperação Técnica e promoveram treinamento de lideranças comunitárias femininas
- **União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil (SP)** - Palestra sobre "Mulher e Participação Social".
- **Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (PI)** - Realizou seminário "Mulher Rumo ao 3º Milênio" com a participação de cerca de 200 mulheres que decidiram abrir a boca para denunciar a discriminação no Piauí.
- **Conselho da Mulher (DF)** - Junto com a Fundação Educacional, realizou palestras durante o mês de março, sobre a mulher, para alunos da rede pública.

Brasília debate aborto legal



Guacisa Cesar (CFEMEA), Dr. Anibal Faúndes (médico da Unicamp), deputado Eduardo Jorge (PT-SP) e Dra. Maria Luiza Righelti (Hospital Jabaquara - SP) no debate sobre aborto legal

A comprida história da lei não cumprida, foi o título do debate que o CFEMEA, juntamente com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a Rede Nacional-Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, promoveram no último dia 27 de fevereiro, no auditório do Espaço Cultural da Câmara dos Deputados. O objetivo do encontro foi subsidiar as discussões sobre o PL 20/91, trazendo à luz as experiências vividas em diferentes municípios onde a rede pública de saúde presta atendimento aos casos de aborto previstos no Código Penal (gravidez resultante de estupro ou risco de vida da gestante), dirimindo dúvidas e esclarecendo a maneira criteriosa pela qual este serviço vem sendo realizado desde as delegacias de polícia até os atendimento nos hospitais.

A experiência de implantação do serviço em Pernambuco foi apresentada pelo Dr. Jarbas Barbosa, secretário de saúde do Estado na época em que se iniciou o atendimento. O Professor Anibal Faúndes, do Hospital da Mulher, de Campinas, falou sobre o atendimento do aborto legal no seu município e trouxe ainda várias informações sobre as conclusões do Seminário realizado recentemente naquela cidade, reunindo pessoal da área médica e do direito, de segurança e saúde pública, além de ONG's envolvidas pela discussão sobre a prestação deste serviço em todo o país. O trabalho desenvolvido pelo Hospital da Jabaquara - o primeiro do Brasil a realizar este tipo de atendimento - também foi apresentado pelo Dr. Thomaz Cardoso de Almeida. Do Distrito Federal, estiveram presentes a Dra. Débora Menezes, da Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher, e o Dr. Lucas Menezes, diretor do Hospital Materno Infantil de Brasília, que explicaram como é atendida a mulher vítima de estupro desde o momento que ela chega a delegacia, passando pelo seu encaminhamento ao serviço de saúde, e o atendimento no hospital.

Do debate, além dos autores do PL 20/91, Deputados Eduardo Jorge (PT-SP) e Sandra Starling (PT-MG) e da relatora Deputada Zulaiê Cobra, participaram também a Presidente do CNDM, Dra. Rosiska Darcy de Oliveira, a representante do grupo Católicas pelo Direito de Decidir, Carolina Teles, e a advogada Norma Kyriakos, da RedeSaúde.

Durante três horas e meia os parlamentares, organizações de mulheres e médicos participaram do debate sobre aborto legal. A delegada Débora Menezes, titular da Delegacia da Mulher do Distrito Federal, destacou que só neste ano já ocorreram 33 estupros em Brasília. Ela considera "hipocrisia da sociedade" fechar os olhos para a necessidade de se regularizar o serviço de aborto legal em todo o país. Lembrou também que 70% dos casos de estupro no DF decorrem de violência doméstica, ou seja, estupro praticado por pais ou parentes, sendo a maioria das vítimas crianças e adolescentes.

O Dr. Anibal Faúndes, do Hospital da Mulher, de Campinas, não aceita as críticas da Igreja em relação ao projeto. Ressaltou que a religião não é obstáculo para que a mulher que deseja interromper a gravidez e que a não aprovação do projeto, como querem muitos religiosos, não vai favorecer a diminuição do número de abortos no Brasil. Dr. Anibal Faúndes também lembrou que a Igreja é contra o projeto, mas não oferece nenhuma outra alternativa de planejamento familiar e foi mais longe criticando ainda as escolas católicas que não aceitam crianças grávidas nas salas de aula. O Dr. Lucas Menezes, diretor do Hospital Materno-Infantil do DF, alertou para a importância da aprovação do PL 20/91 "que define o futuro das mulheres pobres já que o das mulheres ricas está decidido quando dispõem de recursos para fazer o aborto em clínicas particulares.

O encontro trouxe muitos elementos novos para subsidiar as discussões sobre o PL 20/91, que devem ser retomadas em abril. A nova Mesa Diretora da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara foi eleita no dia 13 de março, e a primeira reunião para análise de mais de uma centena de projetos que estão aguardando a apreciação da Comissão só se realizou no dia 19 de março. Ao que tudo indica, primeiramente a CCJR deve tentar liberar a pauta para depois retornar a análise dos projetos polêmicos, entre os quais está o que prevê o atendimento dos casos de aborto legal pela rede pública de saúde.

O novo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara é o Deputado Henrique Eduardo Alves, do PMDB do Rio Grande do Norte. O parlamentar, apesar de ser um dos trinta novos membros na CCJR, na Câmara é bastante experiente, e está no sétimo mandato federal. A novidade na composição da Comissão diz respeito ao número de mulheres que dobrou em relação ao ano passado: de três passamos para seis deputadas, sendo que a metade delas na condição de titulares.

Outra iniciativa importante no sentido de esclarecer os deputados da Comissão de Constituição e Justiça vem sendo desenvolvida por alguns grupos e conselhos da mulher. Estas organizações estão entrando em contato com os seus representantes no Congresso Nacional para esclarecê-los sobre a necessidade de se aprovar o PL 20/91 e tentando responder as questões que ainda pesam como dúvidas em relação ao projeto. Este trabalho tem apresentado bons resultados e fica aqui como sugestão para os demais grupos.

Aborto legal: oportunidades iguais



Dr. Lucas Cardoso V. Neto

A implantação de um serviço que apóie o aborto legal em Brasília foi uma iniciativa das deputadas distritais do PT, Maninha e Lúcia Carvalho, em julho de 1996. As deputadas enviaram documentos ao Secretário de Saúde e ao Conselho de Saúde do Distrito Federal que determinou, após contato conosco, que o Hospital Materno Infantil de Brasília seria o pioneiro nesse tipo de serviço no DF.

O serviço, agora funcionando desde agosto do ano passado, tem sido de vital importância para as vítimas de estupro, em todo o DF. O número real de estupros talvez nunca saibamos, pois o maior número deles ocorre no ambiente familiar e a vítima tem medo ou vergonha de denunciar.

Eu costumo dizer que esse serviço, fornecido à população, não está relacionado à discussão de estar ou não a favor do aborto. Não se trata disso. A realidade é que a vítima do estupro que engravida e é rica, tem como resolver a questão. A pobre, não. A primeira já tem tudo resolvido. Já sabe o que faz. E a pobre? Perambula pelos corredores dos hospitais à procura de um apoio

que é obrigação do Estado. Ela tem que mendigar um direito que consta no Código Penal desde 1940.

A discussão está em dar a mesma oportunidade aos pobres e ricos, seguindo assim o princípio da igualdade, que é um dos pilares do Sistema Único de Saúde.

O Hospital Materno Infantil de Brasília já atendeu até agora 13 pacientes (entre 13 e 19 anos) encaminhadas pela Delegacia da Mulher - DEAM. Dessas, 6 interromperam a gravidez, 4 assumiram o filho e as outras estavam fora do prazo de 12 semanas para interrupção da gravidez. Das 4 que assumiram a gravidez, 2 também já estavam fora do prazo para interrupção.

É importante notar que não há premeditação da equipe para fazer o aborto. A escolha é da paciente. Para aquelas que assumem, prestamos total apoio psicológico e atendimento pré-natal.

A disseminação desses serviços em todo o país é mandatária. Há necessidade absoluta que implantemos em todo o Brasil serviços de referência para o aborto legal.

A mulher brasileira precisa ter o apoio das autoridades para que, no momento em que essa própria autoridade falhou, não dando segurança, pelo menos dê a ela a opção de sanar um mal muito maior. Digo muito maior, pois em contato com essas mulheres, percebemos que para elas o estupro é parcialmente esquecido. Relegado ao segundo plano. Quando descobrem, no entanto, que

estão grávidas, o trauma é maior do que o da violência sexual.

É necessário que mobilizemos a sociedade com urgência para dar à brasileira pobre o que já tem a brasileira rica. Para tal, discussões, seminários, palestras devem ser feitos. O seminário do CFEMEA no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, mostrou isso. Lá estava representada toda a sociedade organizada contra e a favor. Foi sucesso absoluto. Os palestrantes mostraram que podem destruir, com argumentos sérios, todos aqueles que são contra essa igualdade entre todas as brasileiras.

No Hospital Materno-Infantil de Brasília continuamos com o programa, certos de estar oferecendo mais um serviço à comunidade e cumprindo mais uma determinação do Governo Democrático e Popular: o povo em primeiro lugar.

*Dr. Lucas Cardoso V. Neto
Diretor do Hospital Materno Infantil de
Brasília*



A mulher e a discriminação



Deputada Rita Camata (PMDB-ES)

O Dia Internacional da Mulher é o momento oportuno para uma reflexão mais aprofundada sobre o importante papel que ela exerce na sociedade e as diversas barreiras que ainda precisa transpor para o reconhecimento pleno de seus direitos e cidadania.

Ainda são recentes em nossa memória os resultados da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em setembro de 1995, em Beijing, onde se registrou um razoável avanço das conquistas dos direitos pela igualdade feminina em todos os campos da atividade humana. Dos debates ali travados, envolvendo mais de 40 mil participantes, pode-se extrair como lição a conclusão de que, respeitadas as particularidades nacionais, históricas e culturais e religiosas dos povos, todas as sociedades precisam melhor instrumentar as mulheres para suas conquistas políticas.

Esta é uma tarefa "de todos os homens e mulheres comprometidos com a efetiva extensão dos direitos humanos", como bem observou num trabalho recente a pesquisadora Lúcia Avelar, da Fundação Konrad-Adenauer. No caso brasileiro, diria que esta é também uma tarefa de todos os cidadãos e cidadãs preocupados com a necessidade de instauração da plena democracia entre nós, o que pressupõe igualdade nos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. O contexto de discriminação em que vive a mulher ainda hoje em nosso país é fruto direto das desigualdades há muito enraizadas na sociedade. Um problema

que só será resolvido através de ações afirmativas dessa mesma sociedade.

Particularmente, no aspecto sócio-econômico, a participação da mulher em pé de igualdade com os homens ainda está muito longe. A mulher constitui atualmente cerca de 53% da população brasileira e 40% da população economicamente ativa - nas áreas mais industrializadas, como a cidade de São Paulo, essa participação já chega a 50%-, conforme dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE. Mas o reconhecimento de seu trabalho nem de longe reflete essa expressão numérica em nossa sociedade.

O mesmo levantamento do IBGE mostra, por exemplo, que enquanto o rendimento médio nacional dos homens ocupados na PEA era de R\$ 444,00, em 1995, o das mulheres chegava a R\$ 240,00, ou 54% do que era recebido pelos trabalhadores do sexo masculino. Nas regiões menos desenvolvidas, como o Sul, as disparidades salariais entre homens e mulheres são mais acentuadas. Se for destacado o setor rural da economia, aí então, a desigualdade social e salarial entre homens e mulheres, inclusive nas mesmas funções, sobe para níveis dramáticos.

Dados oficiais recentes revelam também que apenas 70% das mulheres que trabalham no Brasil são assalariadas. Destas, somente 51% das urbanas e 14% das rurais possuem carteira de trabalho assinada e, por conseguinte, têm acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários que a legislação confere teoricamente a todos os trabalhadores. Acrescente-se a isso outras formas de discriminação sofridas pelas trabalhadoras, como demissão por motivo de gravidez ou exigências de atestados de esterilização e não gravidez no ato da admissão.

Diante desse quadro cruel de desigualdades - mais grave ainda que se sabe da dupla função atribuída à mulher, como trabalhadora e mãe - é que conclamei recentemente os poderes Legislativo e Executivo, através do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a desenvolverem ações afirmativas. Que sejamos capazes de transformar os direitos previstos em

convenções internacionais e na nossa Constituição, em garantias concretas para a mulher brasileira.

De minha parte, tenho procurado contribuir para uma ação concreta rumo à redução das desigualdades e ao combate à discriminação da mulher, apresentado diversos projetos neste contexto à apreciação do Congresso Nacional. Um deles aguarda, no momento, parecer da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal e estabelece punições à discriminação - como exigência de atestado de gravidez ou de esterilização para contratação -, além de incentivos tributários às empresas que aumentarem o percentual de mulheres em seus quadros.

Os incentivos, previstos no projeto de lei que apresentei, devem ser concedidos também às empresas que comprovem incremento dos salários médios pagos às mulheres, em relação aos percebidos pelos homens, e, ainda, àquelas que aplicarem percentual de seus lucros em treinamento e qualificação da mão-de-obra feminina. Com uma série de dispositivos que vedam as formas de discriminação à mulher no mercado de trabalho e estímulos ao aumento da contratação de trabalhadoras, acredito que esse projeto muito contribuirá para uma política de igualdade nas oportunidades entre ambos os sexos.

Contribuirá também para colocarmos em prática o princípio previsto no inciso 20 do artigo 7º da Constituição, que prevê proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei (os percentuais e forma de aplicação dos benefícios seriam regulados pelo Poder Executivo, 90 dias após promulgada a lei). Entendo, por fim, que tal iniciativa convergida sobretudo para ampliarmos a democracia em nosso país e resgatarmos o princípio da Declaração Universal dos Direitos Humanos que reza, desde 1948, que "todos são iguais perante a lei e são investidos contra qualquer discriminação".

Deputada Rita Camata (PMDB-ES), 36 anos, integra a Comissão de Seguridade Social e Família.

Pelé: sintonia com o novo tempo



Deputada Lúcia Carvalho (PT-DF)

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, em sessão ordinária do dia 03/03/97, por decisão majoritária e soberana dos deputados recusou proposta de concessão do Título de Cidadão Honorário de Brasília, ao Ministro Extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, nosso conhecido Pelé.

Esta decisão, ao contrário do que alguns tentam fazer crer, não foi tomada de forma precipitada, sem reflexão. Na verdade foi precedida de um debate, onde vários deputados, dos diversos partidos que integram nossa Casa Legislativa, puderam manifestar seu posicionamento.

Neste debate, em nenhum momento, qualquer parlamentar deixou de reconhecer a importância de Pelé como um ídolo nacional e internacional.

Todos sabemos que Pelé é considerado mundialmente o maior atleta do século. Todos sabemos de suas conquistas no esporte, um motivo incontestável de orgulho para todo o povo brasileiro. Nenhum deputado

poderia desconsiderar qualquer um desses fatos. Mas não era isso o que estava em discussão.

Discutia-se a proposição de um título que carrega um significado simbólico. Quando escolhemos alguém como "Cidadão Honorário" de uma cidade, queremos distinguir dentre todos os cidadãos, alguém que se destaca pelo seu exemplo na defesa dos valores da cidadania.

Vivemos em um país onde diversos segmentos sociais são cotidianamente discriminados, tais como os negros, as mulheres, as crianças e os empobrecidos. Por isso, tenho a convicção de que a maioria dos parlamentares decidiu com correção, quando resolveu considerar algumas atitudes do senhor Edson Arantes do Nascimento, sob esta abordagem.

Tivemos a coragem de afirmar que consideramos injustificável sua omissão nas lutas contra a discriminação racial em nosso país. Mais importante ainda, consideramos inaceitável sua recusa em reconhecer a paternidade de uma filha, mesmo após a realização de exame de DNA.

Apesar de alguns acharem que foi intromissão na vida privada de Pelé, acreditamos que não se pode separar o ídolo, do cidadão, o Pelé, do Edson Arantes do Nascimento. Não podemos colocar como exemplo de cidadania quem nega a cidadania à sua própria filha.

Ao contrário de algumas declarações publicadas pela

Imprensa de que a Câmara Legislativa não estaria em sintonia com a população, isto não é verdade. Uma enquete feita pelo Programa Nacional Cidade, da Rádio Nacional no dia 5 de março, na Rodoviária do Plano Piloto, mostrou que a maioria dos ouvintes entrevistados são favoráveis à decisão tomada, pela Câmara Legislativa, de não homenagear Pelé. Também a última pesquisa realizada pelo Instituto Soma do DF e publicada pelo Correio Brasiliense, no dia 7 de março, demonstra que 61% dos entrevistados consideram que o não reconhecimento da filha, prejudica a imagem de Pelé.

Na verdade, esta decisão, por mais incômoda que pareça, é uma decisão de uma Casa de Leis que está em sintonia com um novo tempo onde os valores serão outros, e as lutas contra todas as formas de discriminação social serão levadas em conta.

A Casa agiu de forma coerente com as propostas que aprova, como por exemplo, a Lei que dá gratuidade às pessoas carentes de realização do exame de reconhecimento de paternidade ou a que inclui, como matéria obrigatória nos currículos escolares do Distrito Federal, o estudo da Raça Negra.

Tenho orgulho de ser Presidente de uma Casa onde a maioria dos deputados se mostra sensível à paternidade responsável.

*Deputada Lúcia Carvalho (PT-DF)
Presidente da Câmara Legislativa do
Distrito Federal*

Convenção fluminense pela cidadania da mulher

Cerca de duas mil mulheres e autoridades participaram no dia 11 de março, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, da solenidade de assinatura da Convenção Fluminense pela Cidadania da Mulher. A Convenção é o resultado de encontros regionais e municipais com a participação de movimentos sindicais, trabalhadoras rurais, donas de casa, domésticas, parlamentares, professoras e profissionais liberais, que aconteceram durante um ano, no Rio de Janeiro. Nesses encontros, onde se falou sobre a Conferência de Beijing, as mulheres também apresentaram sua plataforma de ação que deu origem à Convenção Fluminense - um acordo entre os poderes executivos, estadual e municipal, para fazer cumprir as leis de igualdade entre homens e mulheres, no Rio de Janeiro.

Com a Convenção, fica estabelecido que através da assessoria do Cedim/RJ - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - serão definidos mecanismos de implantação da Convenção com grupos de trabalho compostos por representantes de órgãos públicos. O Governo do Estado poderá proporcionar às prefeituras, no momento necessário, assessoria técnica para ações como: definição de programas e serviços de erradicação da pobreza, implantação nas escolas de currículo que contemple a questão de gênero, serviços de



atendimento ao aborto legal, promoção de programas de habitação que priorizem as mulheres chefes de família etc.

A presidente do Cedim-RJ, Anna Maria Rattes, disse na solenidade, que a Convenção torna o Rio de Janeiro, um Estado pioneiro na implantação das diretrizes básicas que resultaram na IV Conferência de Beijing. Lembrou no discurso que uma em quatro famílias no país é sustentada por uma mulher sozinha. Só no Rio de Janeiro, 22% das famílias de baixa renda são chefiadas por mulheres. Anna Maria Rattes defendeu uma participação mais efetiva da mulher também na política. Para ela, a lei das quotas de 20% das candidaturas deve ser encarada como é: o piso e não o teto. Destacou que a Convenção Fluminense, apesar de recém-nascida, já deu os

primeiros frutos: vários prefeitos se comprometeram oficialmente a criar Conselhos Municipais em Defesa da Mulher. Anna Maria disse ainda que as aspirações das mulheres do Rio de Janeiro são as mesmas das mulheres do mundo inteiro, relacionando a necessidade de ações afirmativas para preencher lacunas: "É preciso ter políticas compensatórias para assegurar a pluralidade social, buscando remediar um passado discriminatório, com o objetivo de acelerar o processo de igualdade".

Políticas públicas para as pernambucanas

"O que as mulheres de Pernambuco querem como Políticas Públicas Municipais - de 1997 ao ano 2000". Essa é a cartilha que o Fórum de Mulheres de Pernambuco, que reúne cerca de 30 entidades, lançou com o objetivo de apresentar contribuições para definir políticas públicas municipais. O documento tem como referência principal a realidade da região metropolitana do Recife e do meio urbano e rural da região do sertão do Araripe. Apresenta propostas para Comunicação e Cultura, Infra-estrutura dos Municípios e Meio Ambiente, Acesso de Mulheres ao Poder Público, Violência, Saúde, Educação e Desenvolvimento, Emprego e Renda.

Cartilha da trabalhadora rural de Rondônia

A Fetagro - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia - está divulgando uma cartilha sobre a situação da mulher trabalhadora rural no Estado. A Fetagro desenvolveu em 1995 um projeto inovador financiado pelo programa Planaflores que teve por objetivo levantar dados sobre as condições da mulher que vive no campo em Rondônia. Foram entrevistadas 714 mulheres em 10 municípios. A idade média das mulheres entrevistadas é de 35 anos. A pesquisa abordou temas como: planejamento familiar, esterilização, educação, trabalho e uso de agrotóxicos. Mais informação na Fetagro - Avenida Ji-Paraná 397, S-2, Bairro Jardim dos Migrantes - CEP: 78958-000 - Ji-Paraná - RO.



Câmara e Senado preparam legislação eleitoral



Até outubro deste ano, a legislação que norteará as próximas eleições tem que estar aprovada. Com esta preocupação, duas Comissões Especiais, uma na Câmara e outra no Senado Federal, foram constituídas, desde 1995, para tratar da reforma da legislação político-partidária e eleitoral. Há ainda seis projetos de lei, tramitando de maneira independente, que estipulam quotas para as mulheres nas eleições e outras questões relativas à participação política feminina.

Na Câmara, a Comissão Especial destinada ao estudo da reforma política, vem propondo a atualização do Código Eleitoral e modificações na legislação

eleitoral e partidária, inclusive as necessárias alterações na Constituição Federal. A Comissão, presidida pelo Deputado Mendonça Filho (PFL-PE) e tendo como relator o Deputado João Almeida (PMDB-BA), no que diz respeito às próximas eleições, ainda não avançou muito. Em 1995, entretanto, foi a responsável pela inclusão da quota de 20% para as mulheres na lei que regulou as eleições municipais, acatando emenda dos deputados petistas Paulo Bernardo (PR) e Marta Suplicy (SP).

No Senado, desde abril de 1995, a discussão sobre a reforma político-partidária vem evoluindo. Uma Comissão Especial, presidida pelo Senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e tendo como relator o Senador Sérgio Machado (PSDB-CE), já tem um parecer preliminar sobre a questão. O extenso relatório, aprovado parcialmente em 19 de fevereiro último, trata dos mais diferentes aspectos da reforma político-partidária nos diversos textos legais, mas em momento algum as quotas para as candidaturas de mulheres aparece neste documento, apesar de existirem projetos de lei sobre o assunto tramitando no Senado (veja box). Contudo, a discussão não está concluída, o que significa que ainda há tempo para a inclusão do tema.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER - PROJETOS EM TRAMITAÇÃO

Quota mínima de 30% para as candidaturas de mulheres

O PL 783/95, de autoria da Deputada Marta Suplicy (PT/SP), que altera o Código Eleitoral para estipular a quota mínima de 30% para candidaturas de mulheres nas eleições proporcionais, está aguardando a apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, da Câmara, com o parecer favorável do relator Deputado Almino Afonso (PSDB/SP). A este projeto, foi anexado um outro, de autoria do Deputado Wagner Rossi (PMDB-SP).

Quota mínima de 20% para as candidaturas de mulheres

O PLS 322/95, de autoria da Senadora Júnia Marise (PDT/MG), altera o Código Eleitoral estipulando a quota mínima de 20% das vagas de cada partido ou coligação para as candidaturas de mulheres. O projeto está aguardando a apreciação da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, onde tem parecer favorável, com emenda substitutiva, do relator Senador José Fogaça (PMDB/RS).

Outro projeto sobre este assunto, prevendo o mesmo percentual de 20%, é de autoria do Senador Coutinho Jorge (PSDB/PA). Trata-se do PLS 35/97,

que difere do anterior porque propõe que as quotas sejam incluídas na Lei 9.096/95 (que dispõe sobre os partidos políticos). O projeto foi despachado à Comissão de Constituição e Justiça do Senado, onde aguarda a designação do relator da matéria.

Referência ao sexo dos candidatos nas cédulas e urnas eletrônicas

O PL 2.766/97, de autoria da Deputada Marta Suplicy (PT/SP), obriga a que conste nas cédulas eleitorais ou do painel das urnas eletrônicas a referência ao sexo dos candidatos, exemplo: Deputado/Deputada, Vereador/Vereadora, etc. A proposição foi despachada para a Comissão de Constituição e Justiça, aguardando a designação de um relator para a matéria.

Registro do sexo dos candidatos nas fichas de inscrição

O PLS 038/97, de autoria da Senadora Emília Fernandes (PTB/RS), torna obrigatória a referência ao sexo dos eleitores nas fichas de inscrição partidária, dos candidatos nas cédulas eleitorais e painéis de urnas eletrônicas e dá outras providências. O projeto, apresentado no último dia 17 de março, aguarda despacho da Mesa às Comissões Técnicas.

CFEMEA realiza Seminário sobre Cairo



No dia 8 de abril, o CFEMEA e a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPd), do Ministério do Planejamento, realizam, no Auditório do Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, às 15:00 hs, um seminário para avaliar, junto com os parlamentares, a implementação no Legislativo, do Plano de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento/Cairo 94. Na ocasião será lançada a publicação "Mulher, População e Desenvolvimento: subsídios aos parlamentares na implementação do Plano de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento - Cairo/94", editada pelo CFEMEA. Entre as ações propostas pela Conferência do Cairo estão a necessidade de combate urgente à pobreza, de acesso universal a serviços de saúde reprodutiva, em particular de planejamento familiar e de saúde sexual; o repúdio à violência contra as mulheres em nome de tradições culturais; a introdução da perspectiva de gênero nas questões de população e desenvolvimento; e crítica às pautas de consumo e produção dos países industrializados.

A mulher no mundo do trabalho

"As mulheres no mundo do trabalho: experiências internacionais de ações afirmativas" este é assunto que será tratado em uma série de três seminários. O CFEMEA, ELAS (Elisabeth Lobo Assessoria), CUT, Força Sindical, PNBE (Pensamento Nacional de Bases Empresariais) e FES-ILDES (Fundação Friedrich Ebert do Brasil) são os promotores dos eventos que se realizarão nos dias 14, 15 e 16 de abril, em São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro, respectivamente. O objetivo é dar prosseguimento ao trabalho de sensibilização dos parlamentares, instituições públicas, empresários e entidades sindicais à respeito das ações afirmativas, entendidas como uma possibilidade de intervir para corrigir as desigualdades de gênero no mercado de trabalho.

A mulher e o cinema latino-americano

Brasília foi escolhida para sediar a I Mostra de Cinema dirigido por mulheres da América Latina. Os filmes que serão exibidos já foram selecionados. Dezesete cineastas de 15 países estarão no Cine Brasília, de 02 a 09 de abril próximo, mostrando e debatendo seus filmes. Em seguida, a mostra será rerepresentada em São Paulo, no Museu da Imagem e do Som.

Além da mostra cinematográfica, acontecerão, também, Exposição Cultural dos países participantes, no Foyer do Cine Brasília e Seminário e Mostra Paralela de Vídeo, na UnB. O evento promoverá a integração entre os povos através de uma dos mais vigorosos laços, a cultura. E o cinema, como expressão de cultura, possui um forte poder de aproximação e afirmação da identidade cultural latino-americana.

Durante os debates, as cineastas pretendem propiciar o intercâmbio de experiências profissionais próprias e criativas, revelando o olhar feminino sobre a América Latina e propondo às pessoas um grande objetivo: a participação

da mulher em todos os problemas que afligem a humanidade.

O evento é uma promoção da ULAM - União Latino-Americana de Mulheres, AFFF - Americas Film Festival Foundation, MRE - Ministério das Relações Exteriores, Governo do Distrito Federal e Universidade e Brasília, coordenado pelo Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano.

PROGRAMAÇÃO

Os filmes serão exibidos sempre às 20:00 horas e rerepresentados no dia seguinte à tarde. No sábado e domingo, além da reprise, haverá mostra de filmes novos, também à tarde.



CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
SCN Qd. 06 Bl. A S/602 - Ed. Venâncio 3000
70718-900 - Brasília - DF

Fêmea

IMPRESSO